

# ECONOMIA SOCIAL E TRABALHO. INVESTIR NUMA EUROPA MAIS SOCIAL PARA UM CRESCIMENTO MAIS INCLUSIVO E UMA MAIOR EQUIDADE SOCIAL



GIUSEPPE GUERINI

*Porta-voz da Categoria Economia Social do CESE e Presidente da CECOP Cícopa Europa.*

O ano 2021 poderá ser recordado como o ano europeu da economia social e, se assim for, deve ser reconhecido um mérito importante a Portugal que quis incluir, entre as prioridades do semestre da presidência do Conselho da União Europeia, uma grande atenção às questões sociais, que viram na Cimeira do Porto, a 7 de maio, o momento institucionalmente mais significativo, com a adoção de uma importante declaração que compromete as instituições europeias e os governos dos Estados-Membros a implementar os 20 objetivos principais do Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Antes da Cimeira do Porto, sempre como parte das iniciativas da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, realizou-se a 29 de março de 2021 uma **conferência de alto nível** dedicada a “*O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais*”, transmitida do Palácio Nacional de Queluz em Sintra, onde também foi apresentada a rede das 6 cidades portuguesas que são Capitais Europeias da Economia Social para 2021.

Neste artigo irei propor uma análise aprofundada da intervenção apresentada na ocasião, que retoma igualmente as questões abordadas no parecer<sup>1</sup> aprovado pelo CESE, que

---

<sup>1</sup> <https://www.cesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/opinions/role-social-economy-creation-jobs-and-implementation-european-pillar-social-rights>

explorou, a pedido da Presidência Portuguesa, o papel das organizações da economia social na criação de emprego.

A economia social é cada vez mais reconhecida a nível internacional como um ator económico decisivo e importante, capaz de expressar a capacidade transformadora da sociedade civil organizada, sendo a dimensão empreendedora e a propensão para gerar valores económicos e produzir serviços cada vez mais consolidada.

Muitos são os Estados que adotaram medidas legislativas que reconhecem os seus objetivos e funções de interesse geral, delineando o perfil e a forma jurídica das organizações reconhecidas como expressões da economia social. A este respeito, está disponível uma análise interessante e comparativa num texto publicado<sup>2</sup> pela Confederação Europeia das Cooperativas de Produção e Serviços (<https://cecop.coop>) e editado pelo Prof. Antonio Fici, já autor em 2017 de uma investigação, em nome do Parlamento Europeu, na qual era aprofundada<sup>3</sup> a noção legal de empresas de economia social.

A Comissão Europeia também reconhece, desde há muitos anos, o papel e a importância das organizações da economia social, em particular pela sua capacidade de promover a inovação social e criar oportunidades de emprego cada vez mais significativas, ao que se juntou mais recentemente o interesse no papel potencial que as empresas da economia social em particular<sup>4</sup> podem desempenhar no favorecimento de investimentos com um impacto ambiental e social positivo a fim de criar um desenvolvimento económico sustentável e inclusivo, de tal forma que foi estabelecido um regulamento para favorecer a criação de fundos de investimento (EuSEF)<sup>5</sup> destinados a apoiar o empreendedorismo social. A criação dos Fundos EuSEF, no entanto, não correspondeu às expectativas, precisamente porque ainda falta uma definição unívoca e consensual que identifique

---

<sup>2</sup> <https://cecop.coop/works/cecop-report-on-social-enterprises-laws-in-europe-a-worker-and-social-coops-perspective>

<sup>3</sup> [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL\\_STU\(2017\)583123](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU(2017)583123)

<sup>4</sup> [https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy/enterprises\\_en](https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy/enterprises_en)

<sup>5</sup> [https://ec.europa.eu/info/law/european-social-entrepreneurship-funds-eusef-regulation-eu-no-346-2013\\_en](https://ec.europa.eu/info/law/european-social-entrepreneurship-funds-eusef-regulation-eu-no-346-2013_en)

formalmente as empresas da economia social e, portanto, as instituições financeiras, os investidores e os bancos ainda adotam atitudes tradicionais.

Tudo isto apesar de o próprio Conselho da União Europeia já em 2015<sup>6</sup> ter reconhecido as empresas da economia social como um vetor chave de desenvolvimento e crescimento na Europa.

Entre os organismos europeus que muito trabalho têm produzido em matéria de economia social, certamente o CESE <https://www.eesc.europa.eu/en> é um dos organismos europeus mais ativos, se considerarmos os mais de 15 pareceres aprovados nos últimos 10 anos, dos quais se conclui que a economia social é um sistema de organizações e empresas que colocam os objetivos sociais acima do capital, promovendo a participação ativa das pessoas e das comunidades locais, graças a uma governança democrática capaz de incluir várias partes interessadas.

Nestas definições foi sendo esclarecida gradualmente a tão discutida questão relativa à ausência de fins lucrativos, que em demasiadas situações é confundida como uma obrigação de gerir de forma não económica, que em alguns casos é interpretada como uma proibição de alcançar orçamentos com um excedente, e da mesma forma faltam indicações legislativas claras sobre como medir e avaliar a especificidade dos valores económicos e da remuneração dos investimentos em organizações sem fins lucrativos.

A este respeito, é importante salientar que, para alcançar os importantes objetivos de inovação social e criar bom emprego, é também necessário ter uma gestão económica eficiente e eficaz, capaz de gerar os recursos necessários para prosseguir objetivos sociais.

O elemento distintivo, portanto, não deve ser identificado na ausência de lucro, mas sim no destino inevitável dos recursos económicos, colocando objetivos sociais à frente do capital também graças a uma governança democrática participada pelas diferentes partes interessadas.

---

<sup>6</sup> <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15071-2015-INIT/en/pdf>

Um outro fio comum que encontramos nos vários pareceres que definem um reconhecimento substancial da economia social, por instituições e organismos internacionais como a OCDE, as Nações Unidas, a OIT e várias instituições da União Europeia, encontra-se na identificação da economia social de 4 grandes famílias organizacionais: cooperativas, associações, sociedades mútuas e fundações, às quais mais recentemente foram adicionadas as empresas sociais.

Contudo, ainda não foi possível chegar a acordo sobre uma definição jurídica homogénea a nível europeu que permita às organizações da economia social, com uma vocação produtiva e empresarial orientada para o interesse geral e para a criação ou gestão de bens comuns, ter uma posição e um reconhecimento pleno e claro em termos jurídicos.

Em 2018, o Parlamento propôs a introdução de um rótulo/certificação para as organizações da economia social com base no artigo 50 do TFUE. É por isso que acredito que uma definição operacional reconhecida e formalmente aceite e válida para as instituições da UE é agora cada vez mais necessária, especialmente para permitir o acesso às muitas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, bem como para promover uma melhor compreensão da economia social pelas instituições públicas e, em particular, pelas instituições financeiras, pelos investidores e pelas instituições de crédito.

Vale a pena lembrar que em muitos países, os bancos e as instituições de crédito aplicam a muitas organizações da economia social critérios de avaliação da solvabilidade dos mutuários semelhantes aos aplicados às famílias ou aos cidadãos particulares, por exemplo, impedindo o acesso às medidas de garantia previstas para as empresas. Isto acontece apesar das percentagens de créditos improdutivos ou com imparidades causados por organizações da economia social serem estatisticamente insignificantes. Significa que muitas organizações da economia social obtêm financiamentos em piores condições do que as empresas, apesar de provarem que reembolsam os seus empréstimos mais e melhor do que todos os outros credores.



Este é, portanto, o momento de aumentar o nível e a qualidade do reconhecimento da economia social e de insistir que o Plano de Ação para a Economia Social que a Comissão Europeia anunciou para o final de 2021, seja também uma oportunidade de trabalhar numa definição comum, pelo menos para as empresas da economia social, que pode ser útil para a plena acessibilidade aos mercados, em particular ao mercado de capitais, o que demonstra um interesse crescente em investimentos de impacto social.

Ficou provado que as pessoas e as comunidades locais são a força motriz da economia social; não é o capital, não é o lucro, não é a acumulação como um fim, mas a criação de um valor generativo e partilhado, um valor que tem uma especificidade e um peso económico que não pode ser negligenciado.

Além disso, o valor económico gerado pelas organizações da economia social é muito significativo tanto pela sua dimensão (representa 8% do PIB europeu)<sup>7</sup>, como pela sua qualidade e persistência em termos dos serviços prestados aos cidadãos e pelos empregos criados e mantidos, inclusive durante os anos de crise financeira entre 2008 e 2014 e nestes últimos meses da pandemia, com exemplos extraordinários de empenho e solidariedade.

Ainda mais relevante é o papel na criação e manutenção de postos de trabalho, com mais de 13,6 milhões de empregos remunerados na Europa, representando cerca de 6,3 % da população ativa da União Europeia. Entre estes trabalhadores, cerca de 2,6 milhões são empregados por empresas sociais que cumprem os requisitos descritos pela *Social Business Initiative de 2011*.

Um património de compromisso social e civil, bem como económico, que também alimenta um tecido de participação generalizada com 232 milhões de membros de cooperativas e sociedades mútuas.

---

<sup>7</sup> Os dados são extraídos do relatório do CESE <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-875-it-n.pdf>.

Existem certamente grandes diferenças entre as várias organizações de economia social, também em termos de dimensão, mas uma componente relevante dos trabalhadores das organizações e empresas de economia social encontra-se nas pequenas organizações, com uma média inferior a 10 trabalhadores, mas há casos em muitos países europeus em que as empresas de economia social têm grandes dimensões, com um número de trabalhadores que por vezes ultrapassa as centenas e por vezes milhares de trabalhadores regularmente empregados.

Uma grande parte dos empregados encontra-se em organizações caracterizadas por uma governança participativa democrática, o que mostra uma correlação entre a ampla participação das partes interessadas na governança e a propensão para manter níveis elevados de emprego, bem como uma melhor capacidade de resistir a choques, tal como demonstrado por algumas pesquisas realizadas sobre a “resiliência<sup>8</sup>” das cooperativas de trabalhadores.

Muito significativa para a economia social é a grande proporção de trabalhadoras que, em muitos casos, excede 70 % da força de trabalho, mas que é geralmente superior a 50 %. Embora sejam necessários mais avanços no sentido da paridade, a presença de mulheres em cargos de gestão e de topo em muitas organizações da Economia Social é também muito significativa. Destaca-se, portanto, entre estas organizações e empresas uma significativa equidade salarial - tanto entre as diferentes posições na hierarquia organizacional como nos salários, que não manifestam desequilíbrios excessivos de género, como aparece num estudo realizado pela Confederação Espanhola de Cooperativas de Trabalho Associado num estudo<sup>9</sup> de 2019.

Um total de 2,8 milhões de empresas e organizações constituem a força impulsionadora e produtiva da Economia Social na Europa, que também desenvolve uma forte **propensão para a inovação e, em particular, para a inovação social.**

---

<sup>8</sup> The resilience of the cooperative model, CECOP, 2012 <https://www.cecop.coop/works/the-resilience-of-the-cooperative-model>.

<sup>9</sup> Las mujeres en las cooperativas de trabajo, COCETA, 2019 <https://www.coceta.coop/publicaciones/estudio-mujer-cooperativismo-coceta-2019.pdf>.

A economia social sabe interpretar e acompanhar as mudanças na sociedade sem perder de vista a dimensão solidária indispensável para assegurar que o desenvolvimento seja inclusivo e não aumente as desigualdades, mobilizando a participação ativa e solidária das comunidades locais, como o demonstram os mais de 82,8 milhões de voluntários ativos nas organizações da economia social.

Em muitos casos, as empresas da economia social são o principal fornecedor de serviços essenciais à população - tais como serviços educativos, sociais e de saúde, serviços de cuidados ou serviços de formação e introdução no mercado do trabalho para pessoas desfavorecidas. As organizações da economia social também desempenham um papel muito importante na facilitação da integração de trabalhadores migrantes, refugiados e requerentes de asilo em muitos países da União Europeia<sup>10</sup>.

Em muitos casos, os serviços prestados pelas organizações de economia social são desenvolvidos com a participação direta dos próprios beneficiários e estão enraizados no território que é parte da missão que desenvolvem.

Muitas empresas da economia social estão a desenvolver novos empregos e iniciativas de inovação social também no contexto da *green economy* e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, as experiências de economia circular realizadas por organizações de economia social que criam novos empregos no setor da reutilização ou na agricultura social estão a crescer, favorecendo um desenvolvimento socialmente orientado nas zonas rurais.

As cooperativas são uma das formas organizadas de economia social mais comuns na prestação destes serviços. Seguem um modelo empresarial muito específico e bem definido, baseado em sete princípios: adesão voluntária e aberta, controlo democrático dos

---

<sup>10</sup> La respuesta solidaria de la economía social a las migraciones en el Mediterráneo  
<https://publicacionescajamar.es/publicaciones-periodicas/mediterraneo-economico/mediterraneo-economico-32-la-economia-social-en-el-mediterraneo/823>  
<https://www.eesc.europa.eu/it/node/56243>



membros, participação económica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, cooperação entre cooperativas e interesse e preocupação com a comunidade.

Entre os diferentes tipos de cooperativas, em particular as dedicadas à promoção do desenvolvimento local, encontramos cooperativas de trabalhadores, cooperativas sociais (uma forma de cooperativa que teve origem em Itália nos anos 80 e desde então foi introduzida na Polónia, Portugal e Espanha, que hoje emprega 350.000 pessoas em Itália); cooperativas de interesse coletivo e comunitário (SCIC em França) e cooperativas comunitárias (presentes em Itália e no Reino Unido).

Devido às suas características, as cooperativas representam um modelo económico particularmente interessante para as zonas rurais. As cooperativas de agricultores são bem conhecidas pelo seu papel no desenvolvimento e promoção de atividades rurais e demonstraram a sua capacidade de fornecer soluções digitais inovadoras para desafios específicos tais como a agricultura de precisão. Além das cooperativas agrícolas, outras formas de empresas cooperativas, tais como cooperativas de trabalhadores e cooperativas sociais (por exemplo, nas áreas de mobilidade, bem-estar e promoção do turismo e atividades culturais) ajudam a promover o desenvolvimento local, criar, manter ou melhorar os serviços e o emprego e reduzir o fenómeno da emigração de jovens de territórios descentralizados.

Além da agricultura, as tecnologias digitais são fundamentais para tornar as comunidades rurais mais atrativas, inteligentes e sustentáveis, bem como para reduzir os problemas relacionados com o afastamento e melhorar o acesso aos serviços. Com base na nossa experiência, o papel das cooperativas é particularmente importante em quatro áreas: saúde, educação e sentido de comunidade, mobilidade, e acesso à infraestruturas digitais. Muitas cooperativas, incluindo as referidas como exemplos nas páginas a seguir, demonstraram a sua capacidade única de antecipar, ouvir e responder às necessidades das comunidades em que operam.



Não menos importante é o papel das organizações da economia social no acesso aos cuidados de saúde e, por conseguinte, estão a crescer as iniciativas das organizações da economia social que estão a experimentar novas tecnologias digitais para facilitar o acesso aos serviços de saúde, mas também para o acesso à educação, em particular para adultos que têm dificuldades em participar em programas de aprendizagem permanente ao longo da vida.

Em última análise, as empresas da economia social podem criar importantes oportunidades de trabalho e desenvolvimento local, organizando a participação generalizada dos cidadãos na implementação de serviços como o fornecimento de energias renováveis ou a organização de serviços em zonas descentralizadas e rurais, como nas experiências francesas dos Polos Territoriais de Cooperação Económica (PTCE)<sup>11</sup> que reúnem associações, cooperativas, autoridades locais, empresas tradicionais e universidades em torno de um projeto, e estão a promover experiências em agricultura social, turismo sustentável e a valorização de bens ambientais ou culturais.

De particular interesse é o papel que as empresas da economia social, especialmente as cooperativas de trabalho, podem desempenhar para tornar mais inclusivas as novas formas de empreendedorismo criadas através de plataformas digitais<sup>12</sup>, a fim de tornar a participação de trabalhadores e utilizadores mais sustentável e partilhada, de modo a desenvolver novas formas de mutualidade e solidariedade, através das tecnologias digitais, capazes de promover uma participação generalizada, ou para dar maior proteção aos trabalhadores independentes<sup>13</sup> em setores como os da produção cultural e artística ou das atividades ligadas à cadeia da economia digital.

À luz do acima exposto, é evidente o potencial da economia social. É por isso que acredito que, a fim de dar um novo impulso à contribuição destas organizações para a construção de uma Europa mais social, resiliente e inclusiva, é necessário adotar políticas específicas

---

<sup>11</sup> <https://www.lalabo-ess.org/poles-territoriaux-de-cooperation-economique>

<sup>12</sup> <http://www.ciriec.uliege.be/wp-content/uploads/2020/02/WP2019-27.pdf>

<sup>13</sup> All for one – Worker-owned cooperatives' response to non-standard employment, CECOP 2019: <https://cecop.coop/works/cecop-report-all-for-one-reponse-of-worker-owned-cooperatives-to-non-standard-employment>

de apoio e promoção em, pelo menos, quatro áreas: fiscalidade, investimento, políticas empresariais e inovação.

- Um regime fiscal que reconheça a função de interesse geral desempenhada pelas empresas da economia social, com particular atenção às que operam em setores de interesse público primário, como os serviços sociais, de saúde, educativos e de inclusão social;
- Políticas para promover o investimento público e privado que favoreçam o desenvolvimento de um sistema financeiro com impacto social - com uma maior acessibilidade ao mercado de contratos públicos e concessões;
- Políticas de apoio ao emprego estável e ao papel económico dos trabalhadores nas empresas da economia social, especialmente na sua governança democrática;
- Políticas e apoio para implementar novas competências e fomentar a difusão da inovação e das novas tecnologias na sociedade civil.

Em substância, as propostas sobre o plano fiscal deveriam prever intervenções para reforçar as medidas de apoio ao emprego em empresas sociais cuja missão é a integração de pessoas portadoras de deficiência ou fortemente desfavorecidas. Estas medidas devem atuar no sentido de reduzir a carga fiscal e as contribuições para a segurança social sobre os custos do trabalho através da assunção pelas autoridades públicas das contribuições necessárias para assegurar a coberturas em termos de seguro e proteção da segurança social destes trabalhadores. É igualmente importante que estes incentivos não sejam considerados como auxílios estatais às empresas da economia social, uma vez que se destinam a apoiar a inclusão no mercado de trabalho de pessoas fortemente desfavorecidas.

É igualmente necessário prever formas de tributação dos lucros reinvestidos em atividades de interesse geral realizadas por empresas de economia social. A fim de apoiar investimentos com impacto social, é útil proporcionar benefícios fiscais aos investidores que financiam e capitalizam empresas sociais.



Neste sentido, foram realizadas algumas experiências interessantes com os designados títulos de solidariedade que podem assumir a forma de títulos ou ações em atividades de economia social, ligados à prossecução de objetivos sociais específicos de interesse geral.

Ao aplicar uma tributação facilitada sobre estes instrumentos financeiros, e prevendo formas de dedução ou de dissuasão, seria possível criar fatores de crescimento muito relevantes para o investidor à luz do facto de que os dados já históricos confirmam que, mesmo com investimentos limitados, as organizações de economia social conseguiram gerar muitos postos de trabalho e muitos benefícios sociais para os utilizadores dos serviços levados a cabo por estas organizações.

A nível das políticas públicas é igualmente importante continuar na direção traçada pela União Europeia no domínio dos mercados públicos relativamente aos quais já propôs instrumentos significativos<sup>14</sup>, tais como cláusulas sociais e contratos públicos reservados às empresas de inserção no mercado de trabalho, onde se desenvolveram muitas boas práticas<sup>15</sup> mas em que são necessários mais esforços para tornar estes instrumentos mais homogêneos e generalizados em todos os Estados europeus.

Em termos de políticas que apoiam a criação e preservação de postos de trabalho, uma das práticas que tem mostrado melhores resultados é a que diz respeito à reconversão e transferência de atividades empresariais em crise ou de empresários em fim de carreira para trabalhadores organizados de forma cooperativa.

Muitas destas experiências, identificadas como Worker Buy Out, foram realizadas sobretudo em Espanha, França e Itália, e se no passado eram utilizadas para a recuperação de atividades industriais em crise, hoje em dia há cada vez mais casos em que uma empresa social participada pelos trabalhadores é utilizada para a transferência e sucessão de pequenas empresas, em alguns casos salvaguardando também um importante património de experiências no caso de trabalhos artesanais ou pequenas atividades de serviços. Em

---

<sup>14</sup> [https://ec.europa.eu/info/policies/public-procurement/support-tools-public-buyers/social-procurement\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/public-procurement/support-tools-public-buyers/social-procurement_en)

<sup>15</sup> [https://ec.europa.eu/info/policies/public-procurement/tools-public-buyers/social-procurement\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/public-procurement/tools-public-buyers/social-procurement_en)



particular entre os jovens que não dispõem de capital adequado para iniciar uma atividade empresarial, mas que frequentemente encontram obstáculos na solidão e na preocupação de enfrentar individualmente as dificuldades do mercado.

A fim de aumentar o potencial destas iniciativas, seria necessário um investimento e um acompanhamento que ajude o arranque de atividades empresariais com uma participação de capital apoiada por uma agência europeia específica que poderia ser apoiada com fundos dedicados ao desemprego, segundo o modelo da experiência realizada em Itália pelo Ministério do Desenvolvimento Económico com a criação de uma empresa participada e supervisionada pelo Ministério do Desenvolvimento Económico, com o objetivo de promover o nascimento e o desenvolvimento de empresas cooperativas de produção e de trabalho e de cooperativas sociais. A agência é agora gerida pelas três principais associações representativas das cooperativas italianas e chama-se Cooperazione Finanza Impresa<sup>16</sup>.

O principal mecanismo envolve a provisão de uma participação de capital para financiar trabalhadores de empresas em crise, que optem por retomar a atividade investindo o dinheiro atribuído pelo Estado para o desemprego, na cooperativa criada entre os mesmos trabalhadores. Nos seus 35 anos de atividade, a CFI apoiou 520 cooperativas permitindo salvar mais de 22.000 postos de trabalho e permitindo poupanças consideráveis de recursos públicos destinados a subsídios de desemprego, transformando os instrumentos de assistência económica num investimento generativo.

A quarta área de apoio é a da inovação e da formação, com particular atenção à transição digital, para que as organizações da economia social possam desempenhar o papel de recomposição das disparidades que tornam as sociedades europeias cada vez mais desiguais, especialmente através da sua função de redistribuição do poder aos cidadãos e às comunidades locais.

---

<sup>16</sup> [https://www.cfi.it/download/cfi\\_eng\\_04\\_2019.pdf](https://www.cfi.it/download/cfi_eng_04_2019.pdf)

Por este motivo, as organizações da economia social precisam de adquirir competências e capacidades para explorar o potencial das tecnologias digitais que têm o potencial de facilitar a distribuição horizontal do poder, e permitir formas de participação coletiva, acessíveis, descentralizadas e transparentes.

Para enfrentar este desafio, as entidades da Economia Social devem assumir plena responsabilidade pela formação e informação dos seus membros e trabalhadores, porque sem competências adequadas e investimento significativo na educação sobre a forma cooperativa de transformação digital, arriscamo-nos simplesmente a "adaptar" as nossas organizações ou trabalhadores a uma utilização instrumental das novas tecnologias.

É necessário saber que não se trata de "informatizar" o trabalho, mas sim de transformar radicalmente a cultura e a organização do trabalho para que assumam uma forma "digital" de pensar, a fim de se poder atingir e gerir, de acordo com os modos característicos da economia social, o principal propulsor da transformação digital, ou seja, os dados!

Possuir, tratar e trocar dados torna-se então estratégico, razão pela qual devemos ser capazes de aproveitar a oportunidade apresentada pela recente iniciativa da Comissão Europeia sobre "Governança dos Dados" (Data Governance ACT)<sup>17</sup> que menciona especificamente "cooperativas de dados", bem como organizações sem fins lucrativos para a gestão "altruísta" dos dados como um caminho de trabalho excecional para as organizações da economia social para que possamos continuarem a desempenhar o nosso papel na democratização da economia digital.

Há, portanto, muitas razões para se insistir que as instituições europeias adotem rapidamente o plano de ação que reconhecerá verdadeiramente o papel da Economia Social como ator chave para requalificar e tornar cada vez mais justo e sustentável o mercado único europeu e o seu modelo de desenvolvimento, mas também para proteger e qualificar a própria natureza da democracia política europeia.

---

<sup>17</sup> <https://www.cesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/opinions/regulation-european-data-governance>



O crescimento das desigualdades nas últimas décadas é impressionante, acelerado ainda mais pela digitalização da economia e pelo chamado “capitalismo de vigilância”, do qual as “plataformas da gig economy” são apenas a representação mais conhecida.

Contextos em que a individualização em massa provoca aquela perda de “unidade da personalidade humana” que já em meados do século passado o Economista Wilhelm Röpke definiu como uma perigosa deriva feita do estilhaçamento da experiência de trabalho a que pediu para responder com uma “humanização da economia” no quadro de um ecossistema sustentável, em que a participação, também nas escolhas estratégicas das empresas, se torna parte de um modelo diferente de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

As organizações da Economia Social são uma força de transformação que propõe uma visão e um projeto para a Europa, assumindo a responsabilidade de se oporem à deterioração resultante de um modelo económico baseado nas desigualdades.

Queremos ser uma “voz de proposta”: fieis ao projeto europeu, mas prontos a desertar de uma economia sem coração, ativos na organização solidária para quebrar as barreiras à plena participação das pessoas e comunidades locais num mercado único onde a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas é alcançada com uma reencontrada aliança entre “capital e trabalho”.

É por isso que estou convencido que com a sua presença nas comunidades e no tecido produtivo europeu, as organizações da economia social recordam-nos todos os dias que é possível eliminar as divergências entre capital e trabalho, entre desenvolvimento e progresso humano, entre inovação e inclusão, a fim de colocar o bem-estar das pessoas de novo no centro da arquitetura institucional e política da União Europeia.